

**HABEAS CORPUS Nº 493.955 - PB (2019/0046209-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE** : ROBERIO SILVA CAPISTRANO  
**ADVOGADO** : ROBERIO SILVA CAPISTRANO - PB020812  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA  
**PACIENTE** : INALDO FIGUEIREDO DA SILVA (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus** impetrado em favor de INALDO FIGUEIREDO DA SILVA, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba**.

Depreende-se dos autos que o paciente foi preso preventivamente por r decisão de em Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba pela prática, **em tese**, do delito de organização criminosa (fls. 65-91).

Dáí o presente **writ**, no qual sustenta o impetrante, em linhas gerais, que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal em razão da ausência de fundamentação idônea do r. **decisum** que determinou sua segregação cautelar.

Alega nesse sentido, que *"tendo em vista as condições pessoais apresentadas pelo Paciente, o qual é réu primário e ostenta de bons antecedentes, postula-se desde já, a substituição da prisão preventiva pelas medidas cautelares previstas no art.319 do Código de Processo Penal."* (fl. 23).

Requer a revogação da prisão preventiva em desfavor do paciente ou sua substituição por medidas cautelares alternativa.

É o relatório. **Decido**.

Na hipótese, ao menos neste juízo de prelibação, tenho que o r. **decisum** que decretou a prisão preventiva do paciente está suficientemente fundamentado na necessidade da **garantia da ordem pública, da instrução criminal, e ainda pela segurança da aplicação da lei penal**, conforme se

extraí do seguinte excerto da mencionada decisão impugnada, in verbis:

***"Ademais, os investigados, contra os quais a medida será decretada, possuem importante papel na organização criminosa que ora se contempla.***

*Aliás, organização esta que envolve agentes políticos, altos escalões dos dois Poderes Municipais (Legislativo e Executivo), e que, ao menos nesta cognição sumária, se mostrou estruturalmente ordenada, tendo por centro o Prefeito Leto Viana e por finalidade a intenção exclusiva de obter, direta ou indiretamente, vantagem financeira, sendo as funções públicas exercidas em direção oposta ao atendimento do interesse público primário.*

***Nesse norte, diante da influência política e financeira que exercem, busca-se com a prisão preventiva preservar a higidez da colheita probatória, impedindo a manipulação, destruição e a ocultação de provas materiais, bem como a ingerência sobre potenciais testemunhas que possam confirmar todos os fatos ora relatados, além de impossibilitar o exercício de intimidação sob o pálio do poder hierárquico, possibilidade estas efetivamente observadas nos autos. Resta, assim, evidenciada a imperiosidade da medida para a conveniência da investigação criminal e instrução do processo".***

Portanto, ao que parece, nesse juízo perfunctório, o r. **decisum** está suficientemente fundamentado, em virtude do fundado receio de reiteração delitiva e da periculosidade do agente. Nesse sentido:

***"PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. 1. IMPETRAÇÃO SUBSTITUTIVA DO RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. 2. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. LAVAGEM DE CAPITAIS. CRIME DE RESPONSABILIDADE DE PREFEITO (ART. 1º, I, DO DL 201/1967). PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS CONTEMPORÂNEOS À DECRETAÇÃO DA MEDIDA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO. 3. CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS. POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. 4. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO, PARA SUBSTITUIR A PRISÃO PREVENTIVA POR MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO.***

*1. O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do habeas corpus, passaram a restringir sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade.*

*2. Na hipótese dos autos, são imputadas ao paciente*

*condutas perpetradas no período de 7/2013 a 10/2015, tendo a prisão preventiva sido decretada apenas em 16/6/2016, com a finalidade de interromper ou diminuir a atuação criminosa, uma vez que "há fortes indícios de que haverá reiteração dos atos criminosos, ficando caracterizada a reiteração delitiva, de forma que a preventiva é necessária para garantir a ordem pública". Observo, no entanto, que não há relatos de novas condutas após 10/2015, o que denota a ausência de necessidade concreta de se interromper ou diminuir a atuação criminosa, para resguardo da ordem pública. Com efeito, a fundamentação apresentada revela, em verdade, ilações e conjecturas sobre eventual possibilidade de reiteração, sem que se agregue fundamento concreto que justifique a prisão preventiva.*

*3. Não se pode descurar, ademais, que o paciente é primário, possui ocupação lícita, residência fixa e família constituída. Conquanto as condições subjetivas favoráveis não sejam garantidoras de eventual direito à soltura, merecem ser devidamente valoradas e indicam a possibilidade de acautelamento do caso por meio de outras medidas mais brandas. De fato, o decurso do tempo e a evolução dos fatos denotam que a prisão preventiva já não se faz indispensável, porquanto eficazmente substituída por medidas alternativas, nos termos dos arts. 282 e 319 do Código de Processo Penal. Com efeito, as medidas já se encontram aplicadas desde 19/9/2016, por força do deferimento da liminar, sem notícias de necessidade de restabelecimento da medida extrema.*

*4. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício, confirmando a liminar, para manter a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares diversas da prisão, previstas nos incisos I, III (não contato com investigados não familiares do procedimento criminal multicitado) e IV do art. 319 do Código de Processo Penal" (HC 367.531/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe 21/03/2018)*

Ademais, a análise dos autos, nos limites da cognição **in limine**, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não restando configurada, **de plano**, a flagrante ilegalidade, a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Isto porque, do exame da r. decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, tem-se que tal **decisum** estaria suficientemente fundamentado na necessidade de acautelamento da ordem pública,

notadamente se considerada a periculosidade concreta do agente que integraria organização criminosa.

Como cediço, *"A necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa, enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva"* (HC n. 95024/SP, **Primeira Turma**, Rel<sup>a</sup>. Ministra **Cármem Lúcia**, DJe de 20/2/2009, grifei), como na hipótese.

Não há que se falar, portanto, **em princípio**, em ilegalidade da prisão. Assim, não verifico a ocorrência de flagrante ilegalidade que possa ser identificada neste juízo meramente perfunctório, razão pela qual **indefiro o pedido liminar**.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade tida por coatora sobre o andamento da ação penal em desfavor do paciente.

Após, vista ao Ministério Público Federal

P. e I.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Felix Fischer

Relator